



Meios de Comunicação, Cultura Política no Brasil e Juventude

Área temática: Comportamento Político, Eleitoral e Lideranças

Jennifer Azambuja de Moraes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

jennifer.amorais@gmail.com

Marcello Baquero

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

nupesal@yahoo.com.br

Matheus Müller

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

theusmuller@gmail.com

“Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideu, 26 ao 28 de julho de 2017”

Resumo: Os meios de comunicação e a política, apesar de se constituírem como arenas de poder independentes, entrecruzam-se em diversos momentos, e não somente os eleitorais, pois possuem o mesmo objetivo: alcance do público através da credibilidade. O que evidencia a suprema importância da informação que é transmitida pela mídia e o seu papel para o fortalecimento da democracia e de uma cultura política participativa, principalmente entre os jovens. Frente a este cenário e partindo da premissa que a dimensão cultural é um elemento importante para a estabilidade democrática, é pertinente questionar a formação de atitudes políticas dos jovens com influência dos meios de comunicação. Para isso, esse trabalho tem o objetivo de verificar a relação entre a confiança nos meios de comunicação (TV, rádio, jornal impresso e internet) e a frequência de acesso com a confiança nas instituições e a preferência por um sistema democrático ou autoritário entre os jovens no Sul do Brasil. Para isso serão analisados dados da pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL) com 2036 jovens de 13 a 24 anos, de escolas públicas e privadas, das cidades de Porto Alegre/RS, Florianópolis/SC e Curitiba/PR.

Palavras-chave: Cultura Política; Juventude; Meios de Comunicação.

Introdução

As chamadas sociedades modernas não têm conseguido estimular os jovens a serem mais participativos na área política. Recorrentemente, pesquisas de opinião têm mostrado um comportamento da juventude de afastamento, decepção e indiferença com a política, os gestores públicos e as instituições políticas. Estudos têm constatado (RESNICK e CASALE, 2013) que os jovens votam em menor proporção em pleitos eleitorais comparados com o resto da população. Esse comportamento tem implicações danosas para o processo de construção democrática de um país, sobretudo, em relação à questão da legitimidade e estabilidade política. Quando hábitos e costumes são naturalizados ao longo do tempo, os jovens que optam por não participar da arena política “delegam” decisões importantes para aqueles que têm diferentes interesses e valores.

Por que os jovens brasileiros, segundo dados de pesquisa (LATINOBAROMETRO, 2010; NUPESAL, 2015 e 2016) continuam a mostrar apatia e indiferença no que diz respeito a participar da vida política institucionalizada, principalmente partidos políticos e instituições formais da democracia representativa? A literatura apresenta duas perspectivas para responder a esta questão, por um lado, se

pressupõe que o acesso à informação política, por parte dos jovens, auxilia a predispor a juventude para um maior engajamento político. Uma segunda vertente teórica sinaliza para o contexto eleitoral e partidário, destacando a importância da eficácia quantitativa política da juventude.

Em relação à primeira abordagem, a questão a ser respondida é: os jovens brasileiros estão informados politicamente para se mobilizarem em defesa dos seus interesses? E a segunda questão é: a internet e as redes sociais ajudam a produzir eficácia política na juventude brasileira quando comparada com as gerações anteriores?

Pensamos que as respostas a estes questionamentos passam por uma compreensão do processo histórico na construção de uma cultura política juvenil no Brasil. Isso direciona a análise para os fatores histórico-estruturais que têm constrangido não só o desenvolvimento democrático do país, mas especialmente o papel dos jovens na política contemporânea. E, um segundo fator se refere ao exame do papel das novas tecnologias de informação e comunicação no processo de constituir jovens cidadãos com eficácia política.

Com base nessas questões, este trabalho analisa como o uso das novas tecnologias de informação e comunicação (internet e redes sociais) estão afetando a estruturação de atitudes e comportamentos políticos dos jovens e que tipo de cultura política está se constituindo. Enfocando, em primeiro lugar, os padrões de participação política dos jovens e, num segundo momento analisando se a internet e suas redes sociais estão impactando na constituição de uma nova cultura política juvenil. Para responder a esses questionamentos o estudo é de caráter teórico-descritivo. A hipótese de trabalho que propomos é: Apesar das recentes mobilizações da juventude orientadas para reivindicar mais espaços e oportunidades na sociedade brasileira, via dispositivos de mídia mais sofisticados, tais ocorrências não se constituem em iniciativas de longa duração, sendo, portanto, de caráter conjuntural e episódico constrangendo, desse modo, o surgimento de uma cultura política participativa.

O trabalho está estruturado em três partes, além da introdução, na segunda parte discutimos a literatura sobre cultura política e participação. Incluímos também, nessa seção uma análise do papel da internet e das redes sociais no desenvolvimento da eficácia política da juventude brasileira. Na terceira parte, examinamos os padrões de participação política dos jovens. Os dados utilizados para examinar a hipótese proposta provem da pesquisa “Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre América

Latina (NUPESAL), com 690 jovens na cidade de Porto Alegre/RS (2015), 571 jovens na cidade de Florianópolis/SC (2016) e 774 jovens na cidade de Curitiba/PR (2016), com idade entre 13 e 24 anos.

Situando o problema

Na última década, o questionamento, expectativas e demandas por uma sociedade mais igualitária e inclusiva passou a ser disseminada por uma nova ferramenta tecnológica de agregação de interesses: a internet, juntamente com as redes sociais. Tal dispositivo, argumenta-se, tem se constituído no espaço ideal para criar identidades coletivas, formar capital social e construir um novo mecanismo de transmissão de demandas entre Estado e sociedade civil. Este canal tem sido utilizado, principalmente, pela juventude que, descrente das organizações tradicionais de mediação política passou a buscar novas formas de engajamento político para tentar transformar a sociedade. Esses esforços têm se manifestado na intensificação do interesse dos jovens em fazer parte dessas comunidades virtuais. Quicá um dos exemplos mais significativos desse tipo de mobilização tenha sido o que se convencionou chamar da “revolução colorida” nos últimos cinco anos e que marcou um conjunto de iniciativas, globalmente, patrocinado pelos jovens e parece ter marcado uma nova forma de participação via redes sociais.

Essas manifestações parecem estar se constituindo em novos pontos de referência para organizar a participação política dos jovens e que revelam uma tendência de perda de densidade dos veículos tradicionais de representação política – partidos e organizações governamentais – como legítimos interlocutores dos interesses da juventude perante o estado.

Já existe evidência de que os jovens desempenharam papéis significativos em mobilizações políticas. Exemplos recentes daquilo que se convencionou chamar de “epidemia de protestos”, ocorreram no mundo árabe em 2010 e 2011, na Rússia em 2011, Turquia e Brasil em 2013 (com quase três milhões de brasileiros participando, na sua maioria jovens), e Venezuela em 2014, constituindo-se num fenômeno em âmbito global sinalizando que no futuro a forma de participação será diferente, embora ainda não se saiba exatamente a direção que seguirá. A este respeito Schmidt e Cohen (2013), têm afirmado que “o novo futuro será de movimentos revolucionários na medida em que as tecnologias de comunicação possibilitam novas conexões e geram mais espaço para a expressão” e nos acrescentamos, principalmente para os jovens. O autor faz a ressalva,

entretanto que “existirão poucos resultados revolucionários”. Um dos fatores motivadores da onda de protestos dos jovens deriva da hostilidade que demonstram pelas instituições convencionais de mediação política (partidos políticos) e uma crescente desconfiança do mercado e do governo. O perfil dos jovens que participaram dos protestos nos últimos cinco anos, aponta para uma nova geração de “rebeldes” que desejam expurgar as instituições existentes (KRASTEV, 2014). Para David Graeber (2013), ativista que ocupou Wall Street, o objetivo dessa mobilização era criar uma crise de legitimidade no sistema dando uma ideia para o mundo do que uma verdadeira democracia deveria ser.

Esses acontecimentos trazem à tona a discussão da relação entre o crescimento individual e um sistema democrático saudável (DEWEY, 1916). A este respeito o já clássico estudo de Almond e Verba (1965) sobre a construção de uma cultura política democrática mostrava que atitudes democráticas são efetivamente inculcadas e internalizadas pela juventude via educação, em outras palavras pelo processo de socialização política.

É por meio da socialização política que os jovens internalizam normas, valores e princípios que moldam seu comportamento em relação à política. Por meio da interação do indivíduo com o seu ambiente, seja de maneira indireta ou direta, desenvolve determinados padrões de orientação e participação política (DAWSON, PREWITT e DAWSON, 1977). Assim, os jovens são socializados por uma gama ampla de instituições socializadoras (amigos, colegas, parentes, grupos de referência), concomitante com sua experiência passada e cotidiana em diferentes contextos e com modalidades distintas de resposta (via mecanismos formais convencionais ou informais (por exemplo, associações comunitárias, etc.)

Dessa forma, a socialização é um processo complexo e múltiplo, já que pode ocorrer de forma distinta dependendo do contexto que se analisa (HYMAN, 1959). Para Brim (1966), a importância dos papéis que a pessoa adquire ao longo de sua vida derivam do contexto político, econômico e social e das regras e normas que eles/a internalizaram para a estruturação de sua personalidade política.

As novas expectativas e comportamentos que ocorrem a cada novo papel que a pessoa adquire, podem produzir uma reconstrução ou alteração na identidade pessoal do indivíduo (BRIM, 1966). A vida do ser humano em sociedade é permeada não somente pela socialização primária, mas também pela ressocialização. Tal processo, mais complexo do que apenas o aprendizado de valores, implica no estabelecimento de

equilíbrio entre valores novos e antigos por meio da substituição e adaptação das normas e valores previamente adquiridos pela pessoa.

Nessa linha de análise, Sigel (1970) argumenta que a pessoa nasce não socializada, portanto, é necessário aprender as normas e leis que regulam uma sociedade. Nesse sentido, a socialização diz respeito ao processo de treino e desenvolvimento individual que conduz a pessoa ao aprendizado de tais valores. É esse processo que proporciona as bases para a estabilidade e sobrevivência de um sistema social e político, pois é ele que molda o engajamento e comportamento dos seus cidadãos.

A este respeito, Easton e Dennis (1970) argumentam que indivíduo cresce observando, na prática, o funcionamento do governo e, comparando-o com uma visão idealizada de como deveria ser. Tal comparação contribui para o desenvolvimento, ou não da sofisticação política. Assim, o objetivo central dos estudos de socialização política é o de compreender a influência que diferentes agências (econômicas, sociais, culturais e políticas) têm no desenvolvimento de novos padrões atitudinais e comportamentais dos jovens, tendo a educação papel central nesse processo.

Esse ponto de vista era compartilhado por Lipset (1993), para quem a educação tem um efeito positivo no desenvolvimento de uma sociedade democrática e com estabilidade social. Mais recentemente uma vasta literatura tem sido produzida sobre a qualidade das democracias contemporâneas e o papel do cidadão no processo de construção de novas formas de participação política e a possibilidade de constituição de culturas políticas mais direcionadas para um envolvimento político mais participativo e eficiente por parte da juventude brasileira.

Ao se discutir o tema da qualidade da democracia no Brasil como indutor de uma nova cultura política é preciso fazer a ressalva de que a concepção de democracia contemporânea vai além da dimensão formal, precisando incluir a dimensão substantiva. Incluir essa dimensão desloca a atenção para o papel do cidadão na sustentação e fortalecimento do sistema democrático. Não é tarefa simples, entretanto, alcançar esse objetivo, pois a sociedade brasileira, apesar de avanços significativos na dimensão procedural da democracia continua a evidenciar constrangimentos de natureza substantiva que se manifestam nas desigualdades social, política e econômica. Não é por acaso que pesquisas de opinião pública tem mostrado ao longo dos anos uma crescente insatisfação dos jovens com a democracia e o sistema político pela ineficiência em enfrentar os problemas mais estruturais da sociedade.

Nessa perspectiva, torna-se central na discussão sobre cultura política e democracia, entender como os jovens internalizam normas e valores políticos e como esses elementos ajudam a construir uma imagem do mundo político desses segmentos e as expectativas que são geradas em relação ao futuro. Conceitos associados a decodificação do mundo político se referem ao grau de informação política, nível de engajamento político, eficácia política e grau de interesse político. Nessa perspectiva, é fundamental tentar desvendar quais as condições que motivam os jovens a formar identidades coletivas que levem a ação na tentativa de construir uma nova cultura política no país.

Um dos principais autores que examina essa questão é José Álvaro Moisés (2010), para quem ao avaliar as contribuições tanto da perspectiva institucional quanto da cultura política conclui que, enquanto a dimensão normativa se refere à adesão da democracia como princípio ou valor ideal derivada da cultura política, a dimensão institucional diz respeito à satisfação dos cidadãos com o regime e a confiança que eles depositam nas instituições políticas.

Em primeiro lugar é preciso entender como o processo de construção de uma cultura política se manifesta e quais são as implicações na formação de uma juventude politizada e que contribua para o fortalecimento democrático. Não é o caso de fazer uma revisão pormenorizada da teoria da cultura política. Isto já tem sido feito por vários autores (PATEMAN, 1989; BURBANO DE LARA, 2002; BAQUERO, 2011). O aspecto fundamental a ressaltar é de que uma cultura política participativa requer cidadãos com eficácia política e predispostos a se envolverem em iniciativas políticas que pressionem o Estado a proporcionar mais e melhores alternativas de oportunidades para um futuro melhor. Na ausência dessas predisposições o tipo de cultura política que se estrutura se caracteriza pela desconfiança, passividade e indiferença.

A desconfiança dos jovens na política gera uma ambivalência comportamental que se manifesta nos diferentes níveis de adesão dos cidadãos ao regime. Confiar ou não confiar não se dá dentro de um vazio, mas resulta do tipo de aprendizado que dos jovens internalizam sobre a política e suas instituições. Nesse contexto assumem centralidade elementos históricos e socioculturais. A introdução de estruturas democráticas por si só não conduz ao fortalecimento de cultura política democrática. É o desempenho dessas instituições que catalisam, ou não, a confiança dos jovens nelas produzindo, ou não, uma cultura política participativa.

Quando a cultura política apresenta uma assimetria entre avanços formais e estagnação política e social a estrutura democrática se mostra instável, ambivalente e híbrida. Embora tal situação não represente um risco de ruptura institucional ou regressão política, não deixa de ser um aspecto que condiciona a baixa qualidade da democracia no país e compromete sua legitimidade.

Em trabalhos recentes temos argumentado que instituições não são as únicas responsáveis pelo desenvolvimento da democracia (BAQUERO e MORAIS, 2014; BAQUERO 2012). É imperativo incorporar na equação democrática o apoio dos indivíduos. Para ilustrar este ponto perguntamos como poderiam eleições mediadas por partidos, mesmo quando estáveis, mas que não representam o interesse das pessoas serem consideradas plenamente legítimas? (BAQUERO, 2000, 2004 e 2011). Desse modo, argumentamos que a compreensão da democracia e a formatação de uma cultura política juvenil precisa ir além da dimensão institucional. Assim, os desafios do fortalecimento democrático com base numa cultura política participativa juvenil se localiza em três aspectos principais, a saber: 1) como criar as condições necessárias para avançar no processo de democratização por meio de maior coesão social; 2) como construir uma cultura política orientada pela legalidade e responsabilidade para estimular os governos democráticos a realizarem reformas que fomentem o desenvolvimento humano sustentável e 3) como superar os constrangimentos histórico estruturais que limitam o fortalecimento democrático e a construção de uma cultura política participativa, dando destaque a informação e conhecimento, em outras palavras – educação.

Nesse contexto, compreender o papel dos fatores históricos que influenciaram a construção de um tipo específico de cultura política e os valores e normas políticas internalizados pela juventude brasileira, subsidiaria a compreensão dos dilemas da constituição de uma sociedade democrática plena. Os constrangimentos de natureza histórica no Brasil são conhecidos e fazemos uma síntese dos principais a seguir.

Constrangimentos estruturais no desenvolvimento da cidadania juvenil no Brasil

O Estado brasileiro, ao contrário das nações europeias, nunca foi capaz de expressar sua própria história e que tem sido, antes de mais nada, um receptor aberto da história do Ocidente desenvolvido. A sua origem e evolução privilegiou sempre a soberania doméstica, ou seja, um Estado internamente forte e externamente vulnerável às oscilações do mercado internacional. Tal situação foi propícia para o desenvolvimento

de padrões verticais de autoridade onde os gestores públicos dão mais atenção as pressões oriundas de fora do que as demandas sociopolíticas internas. Nessas condições, o Brasil aprendeu a conviver simultaneamente com avanços formais da democracia e estagnação política que inibe a institucionalização da cidadania plena. Esse paradoxo explica porque novos padrões de participação política catalisado pela juventude não consegue estabelecer raízes duradouras. Enclaves autoritários (GARRETON, 1990), fruto da influência de um passado que afeta negativamente o desenvolvimento da personalidade política continuam vigentes no presente. Identificar e compreender o funcionamento desses fatores na estruturação de uma cultura política e do desenvolvimento da cidadania dos jovens torna-se imperativo.

Uma perspectiva teórica que prevaleceu no pensamento político brasileiro direcionou sua análise para o impacto dos fatores étnico-culturais na formação da sociedade brasileira. Denominada de abordagem culturalista, essa orientação teórica privilegiava o plano simbólico-ideológico, estudando como o poder político no Brasil se institucionalizou. Buscava-se, desse modo identificar as raízes do caráter nacional da nação.

Autores que subscreveram esta linha de pesquisa foram: Joaquim Nabuco, Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Gilberto Freire, Guerreiro Ramos e Francisco Campos. Subjacente a essa abordagem estava a premissa que as matrizes estruturais da sociabilidade brasileira se constituam em entraves para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Para esses autores, fatores como o clientelismo, o personalismo e a incapacidade do povo em se mobilizar autonomamente para fiscalizar e modificar o processo político eram responsáveis pelo atraso no desenvolvimento político da nação.

Nesse contexto, a evolução do Estado no Brasil não conduziria para o estabelecimento de um processo de socialização política que resultasse na institucionalização das bases de práticas republicas e democráticas. Os valores que a juventude internalizaria, nessas condições seriam condicionados por práticas políticas negativas, não se constituindo, portanto, este segmento, em potencial inovador de uma nova cultura política participativa, pois os valores que estariam internalizando seriam de distanciamento e apatia política à semelhança dos jovens no passado. A prevalência de constrangimentos histórico- estruturais tendem, assim, a favorecer a desmobilização e a inércia e não a participação cidadã. O legado que esta linha de pensamento deixou foi a ideia, quase determinista de que, em virtude de uma cidadania despolitizada o futuro do país estava destinado ao subdesenvolvimento político.

Esse legado, deu suporte ao surgimento da tecnocracia, que serviria de eixo catalisador do “desenvolvimento” do país a partir dos anos 1950, colocando a participação popular em plano secundário.

A tecnocracia surge, portanto, como a principal ideologia para a promoção da industrialização no Brasil, na qual o núcleo das decisões estatais ficou sob a responsabilidade dos técnicos insulados nas agências estatais. A delegação das decisões estratégicas para os tecnocratas possibilitou que a classe política utilizasse a política de clientela e do corporativismo para manter o poder político, configurando as condições para a institucionalização da hipertrofia do poder Executivo que desembocou no que se convencionou chamar de um Estado Patrimonialista (URICOECHEA, 1978).

Escrevendo sobre este tema Raymundo Faoro (1989) argumenta que o atraso político brasileiro, do ponto de vista da incorporação da sociedade civil, tem a ver com a forma de estruturação da burocracia no país. Fruto do avanço sistemático do poder político no controle da economia e da diferenciação social, o patrimonialismo ou o mercantilismo estatal destruiu a institucionalização dos direitos individuais.

Esse conjunto de fatores da sociabilidade brasileira propiciou, segundo Buarque de Holanda (1992), o estabelecimento de quatro elementos que caracterizaram a organização social brasileira: ausência da tendência de autogoverno, a qual significava a ausência de solidariedade comunitária e de maneiras espontâneas de auto-organização política; virtudes inativas, ou seja, o ser social não reflete ativamente para transformar a realidade, mas procura uma razão externa a sua existência; e razão reflexiva, a qual provoca um pensamento que impede rompimentos, sustenta uma consciência conservadora e um domínio dos interesses pelas paixões.

De acordo com essa concepção, a sociabilidade brasileira nasceu influenciada pela pirâmide familiar, tendo como fundamento a organização patriarcal, a fragmentação social, as lutas entre as famílias, as virtudes inativas e a ética da aventura. Originalmente o caudilhismo e, posteriormente, o coronelismo, que implicava a existência de lideranças carismáticas, substituíam a racionalidade dos interesses individuais e estabeleciam a matriz sobre a qual a organização social e as fundações da política e do Estado foram delineadas.

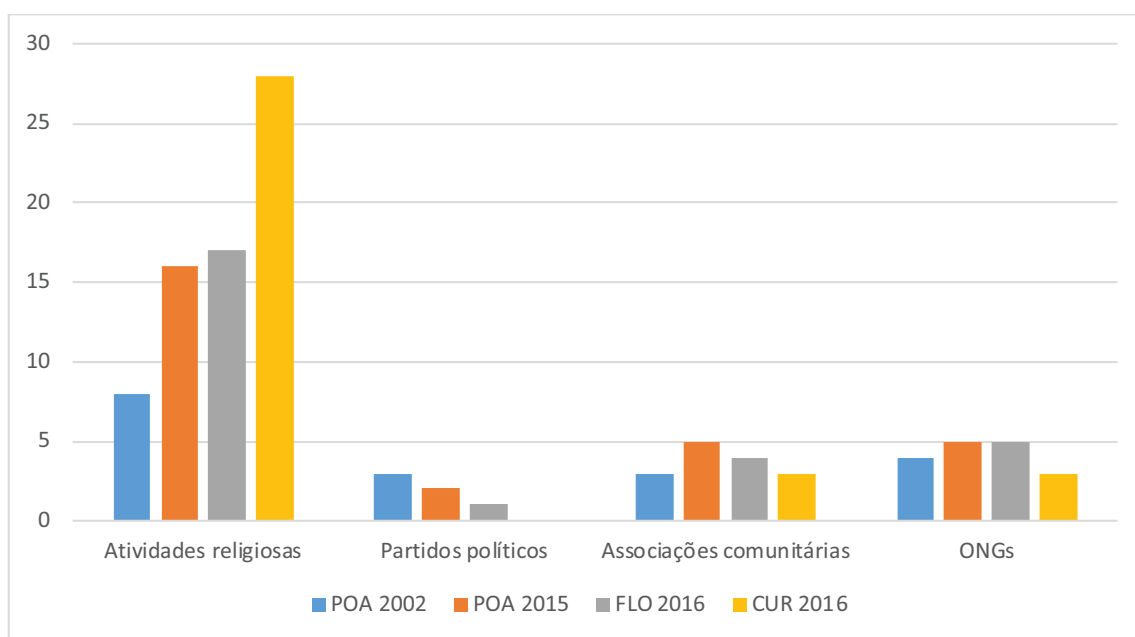
Com efeito, na medida em que as relações afetivas ou familiares precederam a constituição do espaço público, o poder público incorporou uma dimensão personalista em que o carisma e a dependência do homem comum geraram uma atitude instrumental e de subjugação em relação à política.

Nos anos 1980, a abordagem culturalista solidificou-se com a obra de Roberto DaMata (1993) que ao examinar as causas da desigualdade e das formas de hierarquia existentes no Brasil, constatou o confronto da autoridade social, baseada, de um lado, no personalismo e na identidade vertical, e, de outro, na lei positiva. Nesse contexto, segundo DaMata (1993), enquanto o conhecido *medalhão* determina as iniciativas da ação coletiva, o personalismo, como modelo típico desse tipo de relações sociais, institucionaliza-se. Para DaMata (1993), portanto, a sociedade brasileira pode ser caracterizada como sendo híbrida, pois combina uma identidade horizontal, tipicamente ocidental e baseada no direito natural, com uma identidade vertical, característica das sociedades não-ocidentais, nas quais predominam as tradições e a continuidade cultural.

Nesse sentido, pode-se dizer que a experiência política brasileira tem se caracterizado pela predominância de formas autoritárias de governo, gerando uma restrição às possibilidades de uma participação política mais efetiva. O impacto do autoritarismo não permitiu que se desenvolvesse um cenário no qual a ingerência da sociedade civil no Estado fosse significativa. Após 1974, com o processo de abertura política, o país atravessaria fases com amplas manifestações de massa, dentre elas a marcha pelas diretas, em 1984; as manifestações pelo *impeachment* do presidente Collor; a CPI dos anões, e as várias CPIs que têm se instalado ao longo do tempo. Mobilizações semelhantes aparecem nos últimos cinco anos, tendo seu ápice em julho de 2013, com protestos em todo o país que obrigaram o governo a dar respostas às demandas dos jovens. Esses acontecimentos, entretanto, que em outras circunstâncias poderiam se constituir em matrizes capazes de catalisar modalidades de participação mais duradouras e objetivas, acabam sendo relegados a um plano secundário, pois a ênfase dos gestores públicos radica na estabilização da economia e não no desenvolvimento de uma cultura política cidadã que privilegie o envolvimento político da população.

Com base em dados do NUPESAL, no período de 2002 a 2016, se pode observar que a participação política dos jovens é mínima, quando comparada com atividades de natureza religiosa ou de recreação. Os dados do Gráfico 1 mostram, de forma contundente, que os instrumentos necessários para a construção de uma cultura política democrática, com base na participação da juventude na política estão ausentes ou funcionam de maneira precária.

Gráfico 1 – Participação de jovens em atividades sociais e políticas (2002-2016)

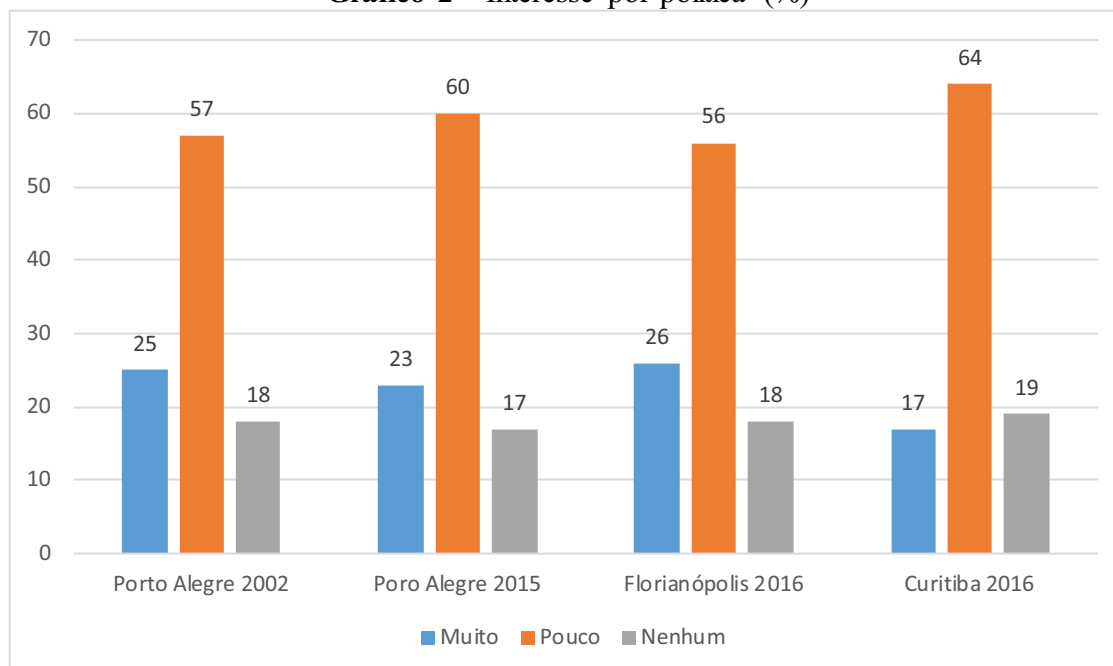


n POA 2002 = 500; n POA 2015 = 690; n Flor = 571; n CUR = 774

Fonte: NUPESAL, 2002, 2015 e 2016.

Da mesma forma, não é surpresa constatar que o nível de interesse por política, também é reduzido como pode ser visto no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Interesse por política (%)



n POA 2002 = 500; n POA 2015 = 672; n FLO 2016 = 556; n CUR 2016 = 736

Fonte: NUPESAL, 2002, 2015 e 2016.

Os dados do Gráfico 2 indicam que o interesse pela política entre os jovens continua baixo (25% em Porto Alegre 2002, 23% em Porto Alegre 2015, 26% em Florianópolis 2016 e 17% em Curitiba 2016). Apesar de se perceber um aumento no pouco interesse em Porto Alegre 2015 (60%) e Curitiba 2016 (64%), isso não se caracteriza como uma mudança na cultura política juvenil, visto que os dados relativos a nenhum interesse em assuntos políticos são similares entre 2002 (18%) e 2015-2016 (17% Porto Alegre, 18% Florianópolis e 19% Curitiba). Os jovens continuam apáticos em relação aos assuntos políticos, em 60% possui pouco interesse.

Essa situação para O'Donnell (1993) e Avritzer (2002) mostra que a construção de uma cultura política, seja ela responsiva ou não, depende dos hábitos instaurados na sociedade, sobretudo os que perduram por longo tempo. Os dados acima examinados sugerem que o hábito de participação política da população brasileira em instâncias políticas convencionais (partidos) é mínima e longe de ser a base sobre a qual poderia se pensar em constituir uma cultura política cívica. A principal diferença entre adultos e jovens radica em questões de iniciativas esportivas e de cultura. Chama a atenção, o fato de haver pouca orientação, por parte dos jovens, para ações de natureza pós-materialista (INGLEHART, 1977) como é a questão do meio ambiente. Em síntese, os dados do gráfico examinado sugerem que, examinados os padrões de participação política nos últimos anos, os jovens em pouco diferem dos hábitos participativos dos adultos.

Tais resultados, nos levam a pensar que constituir uma nova cultura política com eficácia política baseada no protagonismo juvenil não parece ser uma tendência para o futuro. Se esta afirmação é plausível, a pergunta que surge é: até que ponto os meios de comunicação e, principalmente, as novas tecnologias como a internet e a formação de redes sociais estão influenciando novos padrões de engajamento político dos jovens?

Nesse cenário, os novos meios de comunicação passaram a ocupar papel central nos debates sobre construção da democracia no Brasil e o papel dos jovens nesse processo, principalmente levando em conta que as instituições tradicionais e formais de mediação política não têm constituído um instrumento de canalização, de mobilização e de participação política. Na próxima seção examinamos como a internet está impactando os jovens comparado com a população como um todo.

Os efeitos dos meios de comunicação

Os meios de comunicação de massa possuem um importante papel na difusão de informações, pois mesmo tendo como função social informar e orientar à crítica, “muitas vezes, a cultura midiática divulga determinado fato, mas, no entanto, direciona o enfoque segundo interesses particulares” (CRUZ, 2006, p. 78). Os estudos na área indicam que a política e a mídia estão cada vez mais entrelaçadas, visto que os meios de comunicação agenciam e potencializam os conteúdos culturais vigentes na sociedade. Esse entrelaçamento é sempre reforçado, pois o acesso às informações políticas é feito através das mídias (BEZERRA, 2007; LIMA, 2004; MATOS, 2009; MIGUEL, 1998; OLIVEIRA, 1999; REBELLO, 1996; RUBIM, 1994; SILVESTREIN, 2000; WOLF, 1995). Desde que os meios de comunicação assumiram esse papel de instituição política, os processos políticos não se efetivam sem eles.

Essa interação entre a comunicação e a política ficou evidente, nas duas últimas décadas, com o surgimento das novas tecnologias. Assim, a mídia vem produzindo impacto significativo no discurso político, nas atitudes e comportamento político dos jovens, alterando sua percepção sobre a realidade política. Nesse contexto, a mídia eletrônica, especialmente a internet passam a configurar na virada do século como sendo o segundo meio mais preferidos dos brasileiros¹.

Conforme Sangirardi (2013), a erosão de fronteiras entre gêneros informativos e de entretenimento permeou a política com novos enquadramentos, apresentando-a de maneira mais informal que o formato tradicional do jornalismo, com isso, estas manifestações alcançariam o público principalmente formado pelos mais jovens.

Os estudos sobre os efeitos dos meios de comunicação na sociedade estão divididos entre a teoria dos efeitos negativos e a teoria da mobilização. A primeira teoria, dos efeitos negativos², trabalha com a perspectiva que os meios de comunicação interferem de forma negativa no aprendizado dos assuntos públicos, diminuindo a confiança no governo e na participação política. A segunda teoria, relacionada a mobilização³, acredita no poder de mobilização política das mídias.

¹ Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (2014, p.7), "o meio de comunicação preferido pelos brasileiros é a TV (76,4%), seguido pela internet (13,1%), pelo rádio (7,9%), pelos jornais impressos (1,5%) e pelas revistas (0,3%) – outras respostas somam 0,8%".

² Alguns autores dessa posição são: Patterson (1998 e 2000), Mervin (1998), Negrine (1996), Capella e Jamieson (1997) e Putnam (1995).

³ Alguns autores dessa posição são: Norris (1999), Newton (1999) e Matos (2007).

A perspectiva dos efeitos negativos começou com os estudos de efeitos mínimos da mídia na opinião pública na década de 1960, mas foi ganhando força pós-Vietnã e pós-Watergate e que segundo Norris (2000), impactou no crescimento da alienação dos cidadãos. Mas foi a partir de 1990, que essa perspectiva se ampliou, com as críticas aos meios de comunicação.

Essa alienação, fruto do questionamento das instituições políticas representativas, pressupunha-se seriam superadas com um novo papel da mídia, embora tal não seja seu papel (PATTERSON, 1998). Apesar de reconhecer que a mídia deve se restringir a informar e não formar a opinião pública, o autor vê uma ampliação inevitável das funções da mídia, para além de informar, vigiar o poder público e a condução da agenda pública.

No que diz respeito à internet, vários estudos têm apontado os efeitos negativos nos padrões de consumo de informação⁴. Este tipo de nova tecnologia estaria provocando mudanças políticas nos países democráticos, principalmente em relação as campanhas políticas e captação de recursos. Acima de tudo, as novas mídias para Plattner (2012) estariam afetando a maneira como a opinião pública é formada e transmitida. Por isso, a internet, atualmente, vem se constituindo num tema controverso pelos efeitos que teria em relação ao declínio do capital social. Nesse sentido, Putnam (2002) já enfatizava que, em relação à internet, os americanos estão tecnologicamente avançados ao mesmo tempo em que estão socialmente mais isolados. É, preciso, entretanto, relativizar a influência da internet para não considerá-la como sendo socialmente desmotivadora. Putnam lembra que quando 10% dos americanos tinham acesso à internet, em 1996, o baixo vínculo social e nível de engajamento cívico na América já existia há 25 anos. Por esse motivo, ressalta que não é possível afirmar que as relações sociais simplesmente se deslocaram do espaço físico para o virtual. Nesse sentido, "a internet poderia fazer parte da solução do problema cívico ou ainda exacerbá-lo, mas a revolução cibernética não o provocou".

Como alternativa a estas perspectivas negativas em relação ao consumo dos meios de comunicação, em especial a internet, a teoria da mobilização identifica os efeitos positivos e negativos de cada mídia, para que seja possível fazer uma análise mais aprofundada dos seus efeitos (NORRIS, 2000). Para Norris, apesar das grandes mudanças na indústria das notícias, não existe uma clareza de que isso tenha deteriorado a cobertura política e causado efeitos negativos da população.

⁴ Alguns autores que trabalham com o impacto da internet no capital social: Recuero (2009 e 2012), Primo (2013) e Norris (2001).

O que fica claro é que as duas teorias, tanto de efeitos negativos quanto de mobilização, não podem ser mutuamente excludentes. É necessário relativizar os efeitos dos meios de comunicação, pois é perceptível que os conteúdos veiculados podem ocasionar tanto efeitos negativos quanto positivos. O contexto histórico, social e político, além da cultura política de cada país ou região necessitam ser avaliados, bem como fatores relacionados a idade, sexo, religião, renda e escolaridade. Não se pode negar o papel de informar que os meios de comunicação possuem, constituindo-se um aspecto positivo, visto que o advento tecnológico permite ao cidadão se informar sobre os acontecimentos em todos os níveis, 24 horas por dia seja via TV ou acessando a internet.

Internet, redes sociais e jovens

O que está claro no mundo contemporâneo é que tanto a televisão quanto a internet desempenha papel fundamental na disseminação de informações e na decodificação dessas no processo de estruturar novas identidades coletivas de natureza virtual por meio da formação de redes sociais. Assim pode-se verificar como a internet e seus usos podem promover a identidade cultural dos jovens, contribuindo para o processo de construção de valores sociais.

A utilização da internet como meio de comunicação e de compartilhamento de informações, por meio de Redes Sociais (Orkut, Facebook, Google+, Twitter, Youtube, MySpace, Whats App), é um espaço em que a informação se propaga rapidamente. Por isso torna-se um desafio constante para os cientistas sociais prever a influência e o alcance de qualquer informação colocada nestas redes, pois a sua veiculação está vulnerável ao interesse de acesso dos usuários. Para isso basta possuir um perfil que o identifique dentro da rede. Ainda assim, pode comunicar-se, publicar informações e informar-se sobre qualquer conteúdo que esteja ali operacionalizado, inclusive, conteúdos relacionados à política dentro dessas redes sociais.

As relações experimentadas dentro dessas redes caracterizam outra forma de sociabilidade, pois possuem características específicas proporcionadas pelo mundo virtual. Dessa forma, se ampliam os vínculos sociais e criam-se as condições para uma disseminação de “comunicação de massa com a penetração da comunicação pessoal” (CASTELS, 2010, p. 446). Para Thompson e Hickey (2005) as novas tecnologias agem de forma diferente dos outros meios de socialização terciários – televisão e outros agentes

de mídia, como rádio, jornais e etc. –, isto porque as novas tecnologias não favorecem somente a transmissão de informações, mas também isolam o indivíduo.

É nesse contexto que as redes sociais têm se constituído num dos meios mais populares de compartilhamento de informações, de relacionamentos pessoais e a base sobre a qual novas identidades coletivas anônimas são formadas. Conforme Machado e Tijlboy (2005, s/ p.), esses softwares sociais são os programas que funcionam como mediadores sociais, que por sua vez favorecem a criação de redes de relacionamentos “através de espaços onde o usuário pode juntar pessoas do seu círculo de relacionamentos, conhecer outras que compartilhem os mesmos interesses e discutir temas variados, construindo diferentes elos entre os ‘eus’ privado e público”.

Essas redes sociais se caracterizam por serem comunidades interpessoais, ou seja, não se objetivam por relacionar os tipos específicos de interesses dos usuários por questões políticas. As redes sociais da internet têm os seus usuários, majoritariamente, “centrados em um padrão ego centrado de relacionamentos” (AGUIAR, 2007, p. 1). De acordo com a autora, os padrões de relacionamento encontrados nessas redes diferem substancialmente dos encontrados nas estruturas de redes conhecidos pela literatura desenvolvida nas redes sociais fora do mundo virtual. Assim, é esperado que se tenha, dentro do número de contatos, maior proximidade com alguns, resultando vínculos fortes e duradouros, ou apenas vínculos fracos (AGUIAR, 2007).

O estudo de Recuero (2005) busca identificar nesse contexto de relacionamentos a formação de Capital Social entre os usuários de uma rede social, o Orkut, desde que estes estejam fundamentados em outros espaços. Nas comunidades do Orkut – um dos aplicativos de interação do site –, a autora identifica que existem laços associativos entre os usuários, sendo que estes não precisam interagir com outros usuários ou comunidades, se assim não o quiserem. Para Recuero (2005), contudo, no Orkut os índices de Capital Social se encontravam pouco solidificados, enquanto que em redes de blogs é possível identificar grupos mais sólidos e densos que proporcionam capital social mais sedimentado.

Com relação aos jovens, pesquisas tem se proposto a investigar como a internet pode vir a se constituir como um agente da socialização política, Yang e Rhee (2010) avaliaram como os novos usos dados a internet tem refletido nos padrões de comunicações familiares. Segundo essa pesquisa, com jovens estudantes da Coreia do Sul, a internet é a fonte de informação de grande parte das conversas familiares com relação a política iniciadas pelos estudantes em casa. Contudo os autores identificam que

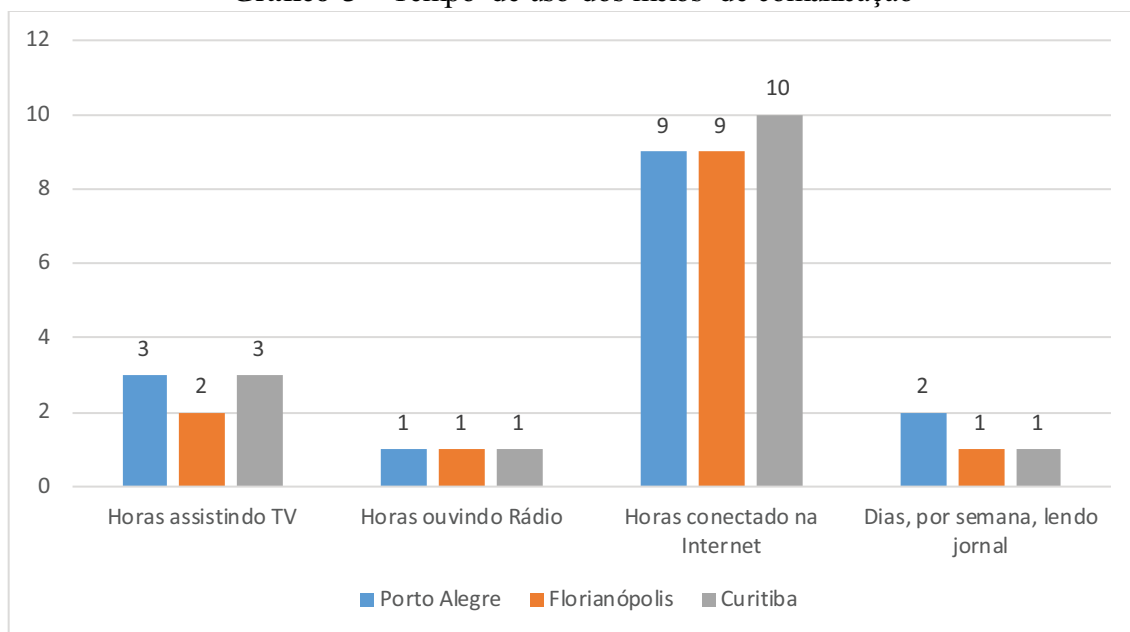
os tipos de relações de comunicação estabelecidas no cotidiano das famílias possuem um efeito maior sobre a intensidade das conversas familiares sobre política, do que o efeito isolado do acesso à internet pelos jovens.

No caso brasileiro, é perceptível que os jovens brasileiros consideram cada vez menos os partidos como uma opção para o engajamento político. Nessas circunstâncias, o uso da internet como meio de mobilização, poderia possibilitar que as redes sociais se constituam em espaços mais estimulantes para promover o engajamento político dos jovens. Este uso das novas tecnologias para finalidades sociais e políticas por parte da juventude é bastante semelhante ao uso das velhas tecnologias por outras gerações (HERRING, 2008). Por isso, para compreender essa chamada “geração digital” não é suficiente considerar o uso das novas tecnologias e a construção de identidades através das redes sociais, mas sim à luz das mudanças, como por exemplo a economia política da cultura juvenil, as políticas sociais e culturais, as práticas para regular a vida dos jovens e as suas realidades (BUCKHINGHAM, 2008).

Neste sentido, há um campo aberto para realização de estudos que possam captar a amplitude e as sutilezas das distintas formas e conteúdo de participação e dos engajamentos juvenis. As redes sociais da internet e o denominado cyberativismo são novas e pouco exploradas fronteiras para o desenvolvimento de estudos que possam captar os sentidos da participação juvenil contemporânea (CARRANO, 2012).

É importante ressaltar, que os jovens passam mais horas por dia conectados na internet, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Tempo de uso dos meios de comunicação

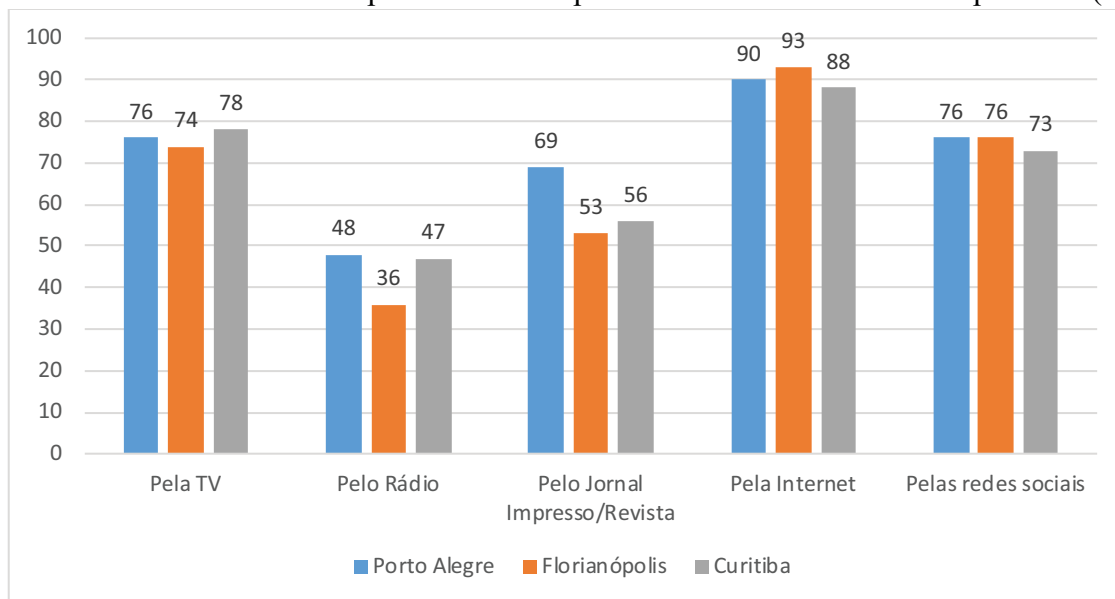


n POA = 626 ; n FLO = 542 ; n CUR = 708
Fonte: Nuposal, 2015 e 2016.

Os jovens passam em média 9 horas do dia conectados na internet (9h Porto Alegre, 9h Florianópolis e 10h Curitiba). Isso deflagra o quanto a internet está inserida no cotidiano desse público, ultrapassando o uso dos demais meios de comunicação e impulsionando o jovem a imergir em um mundo virtual com diferentes e diversas possibilidades de interação, diversão e informação. Depois da internet a TV é o meio que os jovens ficam mais tempo assistindo, com média de 3h por dia (3h Porto Alegre, 2h Florianópolis e 3h Curitiba). O que acaba mantendo determinados padrões de comportamento ao longo do tempo. É essa interação que precisa ser melhor compreendida, pois se cruzam informações convencionais que obedecem a uma lógica estabelecida e normas e valores tradicionais disseminados pela televisão com novos valores e normas decorrentes de novas formas de sociabilidade e constituição de identidades coletivas propiciadas pela internet.

No Gráfico 4, apresentamos o comportamento dos jovens em relação à busca de informações políticas nos meios de comunicação.

Gráfico 4 – Informa-se sempre ou às vezes para saber mais sobre assuntos políticos (%)



n POA = 645 ; n FLO = 551 ; n CUR = 747

Fonte: NUPESAL, 2015 e 2016.

Os jovens das três capitais do Sul do país entrevistados informam-se em média 90% pela internet quando querem saber mais sobre assuntos políticos (90% em Porto Alegre, 93% em Florianópolis e 88% em Curitiba), 76% pela TV (76% em Porto Alegre, 74% em Florianópolis e 78% em Curitiba), 75% pelas redes sociais (76% em Porto Alegre, 76% em Florianópolis e 73% em Curitiba), 59% pelo jornal impresso/revista (69% em Porto Alegre, 53% em Florianópolis e 56% em Curitiba) e 44% pelo rádio (48% em Porto Alegre, 36% em Florianópolis e 47% em Curitiba).

Esse gráfico demonstra o quanto os jovens se informam pela internet, considerando-a como fonte de informação antes dos demais meios de comunicação. Isto é resultado da imersão diária e da quantidade de tempo que os jovens passam na internet, além da sua facilidade em usar as ferramentas disponíveis (nativos digitais). Além disso, a TV também tem significativa influência sobre os jovens, bem como as redes sociais. Na Tabela 1 percebe-se mais claramente o papel da internet como um novo agente socializador dos jovens.

Tabela 1 – Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, qual é a primeira e a segunda instituição mais importante (%)

	Porto Alegre		Florianópolis		Curitiba	
	1º lugar	2º lugar	1º lugar	2º lugar	1º lugar	2º lugar
Família	39	15	44	16	38	14
Igreja	3	5	2	5	3	8
Escola	18	16	18	20	18	17
Amizades	4	13	3	11	2	7
Televisão	7	10	6	12	13	16
Rádio	0	3	0	3	2	4
Jornal impresso/Revista	8	13	5	8	8	10
Internet/Redes sociais	22	25	22	26	17	23

n POA = 586 ; n FLO = 514 ; n CUR = 718

Fonte: Nupesal, 2015 e 2016.

Os dados da Tabela 1 indicam que a família permanece como primeira agente socializadora dos jovens das três capitais do Sul do Brasil, inclusive nos assuntos políticos. Porém a internet e as redes sociais deslocaram a escola, que era a segunda agência, para o terceiro lugar, passando também dos grupos de pares e pelos demais meios de comunicação. Esses dados vão ao encontro do que Paletz, Owen e Cook (2012) argumentam de que a internet é uma agente socializadora pelo fato de ser uma fonte de informação dos jovens e proporcionar a formação de opiniões públicas. Isso não é novidade para os estudos de socialização, visto que os meios de comunicação eram considerados como agente socializador dos jovens, segundo Schmidt (2001), a novidade reside em um desses meios, no caso a internet, ganhar destaque e ultrapassar a escola e o grupo de pares em alguns contextos.

O uso da internet como fonte de informações e formadora de opiniões sobre assuntos políticos pode ser um marco de mudança do tipo de valores internalizados pelos jovens, ou seja, de mudança da cultura política institucionalizada no Brasil e no Sul do país. Visto que a internet pode ser utilizada como um contraponto às opiniões emitidas pelos demais agentes socializadores, dando aos jovens oportunidades de construção de um novo mundo, conforme afirma Turkle (1997).

A guisa de conclusão

O impacto das novas tecnologias de mídia (internet) se constitui num dos mais discutidos temas no campo das ciências sociais atualmente. No entanto, pouco ainda se sabe conclusivamente sobre seu impacto na reestruturação de normas e hábitos da população, principalmente dos jovens. Não há dúvida quanto ao acesso quantitativo a esta ferramenta por parte dos jovens, no entanto, é cedo para afirmar que tal dispositivo propiciará as bases para a constituição de uma cidadania juvenil mais participativa e, efetiva na construção de uma nova cultura política. Neste trabalho apontamos dois fatores que ao nosso ver se constituem em constrangimentos do desenvolvimento democrático contemporâneo no Brasil, a despeito da disponibilidade de novas tecnologias de mídia, principalmente a internet. O primeiro se refere a influência de legados histórico-estruturais que mantêm inalterados padrões atitudinais e comportamentais que, num passado recente, foram danosos para o fortalecimento democrático no país e que ficou demonstrado nos dados sobre participação, o segundo diz respeito aos efeitos negativos que o mal uso de novas tecnologias de mídia podem provocar para o desenvolvimento de uma cultura política participativa.

Esses alertas escancaram a necessidade de empreender mais pesquisas sobre a forma como os jovens internalizam normas e valores no mundo contemporâneo e qual será o potencial efeito no futuro, no sentido de solidificarem eficácia política. Assim, torna-se oportuno estimular pesquisas e estudos sobre a socialização política dos jovens como um processo contínuo que se alastra durante toda sua vida (SIGEL, 1970). Nessa perspectiva, a socialização política precisa ser pesquisada tanto do ponto de vista da juventude quanto da vida adulta para poder avaliar a magnitude de mudanças nas atitudes e comportamentos em relação à política.

Esforços nessa direção proporcionariam subsídios teórico-práticos para superar os obstáculos que limitam a estabilidade e legitimidade democrática no país. Para Nazzari (2006), por exemplo, a relação que a pessoa estabelece com a democracia, e assim, com sua participação política, é um reflexo da socialização imposta pela sociedade e os quesitos que a compõem.

Referências

- AGUIAR, Sonia. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. *XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.
- ALMOD, Gabriel e VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1965.
- AVRITZER, L. *Democracy and Public Space in Latin America*. Princeton, Princeton University Press. 2002.
- BAQUERO, Marcello. Democracia, cultura e comportamento eleitoral: uma análise da situação brasileira. *Paper apresentado no Seminário: Democracia: teoria e prática*. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 20-22 de setembro de 2000.
- BAQUERO, Marcello. Formas alternativas de participação política ou naturalização normativa? Cultura política e capital social no Brasil. *Política e Sociedade*. Florianópolis, n. 5, p. 165-186, out. 2004.
- BAQUERO, Marcello. Padrões de constituição da Cultura Política na América Latina no Século XXI. In: BAQUERO, Marcello. *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 25-15.
- BAQUERO, C. M. J.; MORAIS, J. A. Inertial democracy, political parties and political culture in Latin America. In: *23º World Congress of Political Science*, 2014, Montreal. Anais do 23º World Congress of Political Science, 2014.
- BAQUERO, C. M. J.; BAQUERO, R. . Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira? *Em Debate* (Belo Horizonte), v. 4, p. 19-25, 2012.
- BRIM, O. G., Jr. Socialization through the life cycle. In O. G. Brim, Jr., and S. Wheeler. *Socialization after childhood* New York. Wiley, 1966, pp. 1-49.
- BUCKINGHAM, David. *Youth, Identity, and Digital Media*. Edited by David Buckingham. The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008.
- BURBANO DE LARA, Felipe (org). *Democracia, gobernabilidad y cultura política*. Flacso. Equador, 2002, p. 449.
- CAPPELLA, Joseph N.; JAMIESON, Kathleen Hall. *Spiral of Cynicism*. The press and the public good. New York/Oxford: Oxford University Press, 1997.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. In: *Revista O Social em Questão*, ano XV, nº27, 2012. P-83-100.
- DAMATA, Roberto. Em torno da representação de natureza no Brasil: pensamentos, fantasias e divagações. In: *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco. 1993.
- HERRING, S. *Questioning the generational divide: technological exoticism and adult constructions of online youth identity*. Youth, Identity and Digital Media. D. Buckingham. Cambridge. The MIT Press: 71-92. 2008.
- DAWSON, Richard E., PREWITT, Kenneth, DAWSON, Karen S. *Political socialization: an analytic study*. Little, Brown, 1977. Pp. 220
- DEWEY, John. Democracy and Education. 1916. In. <http://www.studenthandouts.com/Texts/dewey1.pdf> Acessado em 10/10/2014.
- EASTON, David; DENNIS, Jack. *Children in the Political System: Origins of Political Legitimacy*. New York: McGraw-Hill. 1970.
- FAORO, R. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro, Globo, 1989.
- GARRETON, Manuel. La democracia entre dos épocas: América Latina em 1990. *Foro Internacional* 32, n.1, 1991, p.147.

- GRAEBER, David. *The democracy Project: A history, a crisis, a movement*. New York. Spiegel and Grau, 2013.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio: José Olympio, 1992.
- HYMAN, Herbert. *Political socialization: a study of the psychology of political behavior*. New York, NY, US: Free Press, 1959, pp. 197.
- KRASTEV, Ivan. From politics to protest. *Journal of Democracy*. vol.25, n.4, October 2014, pp. 5-19.
- INGLEHART, Ronald *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1977.
- LATINOBAROMETRO. Data Base 2010. In: <<http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>>. (Acessado em 05 outubro 2014).
- LIMA, Venício A. de. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- LIPSET, Seymour M. 1994. The Social Requisites of Democracy Revisited: 1993 Presidential Address. *American Sociological Review*.59: 1-22, doi:10.2307/2096130.
- MACHADO, Joicemegue Ribeiro; TIJIBOY, Ana Vilma. Redes Sociais Virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa. *Novas Tecnologias na Educação*, v. 3 n. 1, maio, 2005.
- MATOS, Heloiza. Capital social, Internet e TV: Controvérsias. *Organicom*, ano 5, número 8, 2007. p. 24-35.
- MATOS, Heloiza. *Capital Social e Comunicação: interfaces e articulações*. São Paulo: Summus, 2009.
- MERVIN, David. “The news media and De-mocracy in the United States”. In: RANDALL, Vicky (ed.). *Democratization and the Media*. London/Portland: Frank Cass, 1998.
- MIGUEL, Luiz Felipe. Mídia e manipulação política no Brasil: a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 à 1998. In: *Comunicação Política*. n.s., v.XI, n. 2, 1998, p. 119-137.
- MOISÉS, José Álvaro (org.). *Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp, 2010.
- NAZZARI, Rosana K. *Juventude Brasileira: capital Social, cultura política e socialização política*. CASCAVEL. EDUNIOESTE. 2006.
- NEGRINE, Ralph. *The Communication of Politics*. London/Thousand Oaks/New Dehli: Sage, 1996.
- NEWTON, Kenneth. “Mass media effects: mobilization or media malaise?” *British Journal of Political Science* 29, 4, 1999.
- NORRIS, Pippa. “Does television erode social capital? A reply to Putnam”. *PS – Political Science and Politics*, XXIX, 1996.
- NORRIS, Pippa et al. *On Message: communicating the campaign*. London/Thousand Oaks/New Dehli: Sage, 1999
- NORRIS, Pippa. *A Virtuous Circle: political communications in post-industrial democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- NORRIS, Pippa. *Digital Divide: Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide*. Cambridge University Press: Cambridge. 2001.
- O'DONNELL, Guillermo. On the State, Democratization and Some Conceptual Problems: Latin America View with Glances at some Post-communist Countries. In: *World Development*, vol. 21, N. 8, pp1355-1369, 1993.
- OLIVEIRA, Luiz A. A disputa política na televisão. *Dissertação de mestrado*, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ, 1999.
- PATEMAN, Carole. The civic culture: a philosophic critique. In: ALMOD, Gabriel; VERBA, Sidney (Orgs.). *The civic culture revisited*. California: Sage, 1989. p. 57-102.

- PATTERSON, Thomas. *The Mass Media Election: how Americans choose their President*. New York: Praeger, 1980.
- PATTERSON, Thomas. "Time and News: the media's limitations as an instrument of Democracy". *International Political Science Review*, 19(1), 1998.
- PESQUISA BRASILEIRA DE MÍDIA. 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf>. Acesso em: 16 de abril de 2014.
- PLATTNER, Marc. Media and Democracy: The long view. *Journal of Democracy*. V. 23, n. 4, October 2012. P.62-73.
- PRIMO, A. Interação Mediada por Computador: A comunicação e a educação a distância segundo uma perspectiva sistêmico-relacional. *Tese de Doutorado*. Apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação em março de 2003.
- PRIMO, Alex (Org.). *Interações em Rede*. Porto Alegre, Editora Sulina. 2013.
- PUTNAM, Robert. "Tuning in, Tuning out: the strange disappearance of social capital in America". *PS – Political Science and Politics XXVIII* (4), 1995.
- PUTNAM, Robert. *Solo en la bolera*. Colapso y surgimiento de la comunidad norteamericana. Barcelona: Galáxia Gutemberg, 2002.
- PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- RESNICK, D. e CASALE, D. Young populations in young democracies: Generational voting behavior in sub-Saharan Africa. *Democratization*, 2013.
- REBELLO, Monica M. C. Campanhas eleitorais em foco: a construção das imagens. *Dissertação de mestrado*. Universidade de Campinas, 1996.
- RECUERO, Raquel. Dinâmicas de Redes Sociais no Orkut e Capital Social. *Razón y Palabra*, v. 52, p. 1-15, 2006.
- RECUERO, Raquel. *Redes Sociais na Internet*. 1ªed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.
- RECUERO, Raquel. *A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- RUBIM, Antônio A. C. Mídia e política: transmissão de poder. In: MATOS, H. *Mídia, eleições e democracia*. São Paulo, Scritta, 1994.
- SANGIRARDI, Pedro. Comunicação política digital e comportamento eleitoral: considerações sobre a hipótese de revalidação da teoria dos efeitos limitados. In: *Anais do 7º Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Cibercultura*. 2013.
- SCHMIDT, Eric e COHEN, Jared. *The new digital age: reshaping the future of people, nations and business*. New York. Alfred A. Knopf, 2013.
- SIGEL, Roberta. Assumptions about learning political values. Roberta Sigel. 1970. In: GREENBERG, Edward S. *Political socialization*. Atherton Press, Controversy Series, New York, 1970. 19-23.
- SILVESTREIN, Celsi B. Gênero, política e eleições. *Tese de Doutorado*, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- THOMPSON, William E.; HICKEY, Joseph V. *Society in Focus: An Introduction to Sociology*. Prentice Hall PTR, 2005.
- URICOECHEA, F. *O Minotauro Imperial*. São Paulo, Difel, 1978.
- WVS. Pesquisa Mundial de Valores. Data Base 1990-1994, 2005-2009, 2010-2014. In: <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>. (Acessado em 10 de outubro de 2014).
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa, Portugal, Bragança, 1995.
- YANG, J. e RHEE, J. The Internet as an Agent of Political Socialization: The relationship between Internet news use, political socialization, family discussion, and family communication pattern. *Paper presented at the annual meeting of the International Communication Association, Suntec Singapore International Convention & Exhibition*

Centre, Suntec City, Singapore, Jun 21, 2010. Disponível em:
http://citation.allacademic.com/meta/p405195_index.html Acesso em: 6 maio de 2014.